

A ESCOLA METÓDICA E O MOVIMENTO DOS *ANNALES*: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS À HISTÓRIA*

Marcilene Nascimento de Farias**

André Dionei Fonseca***

Diogo da Silva Roiz****

FARIAS, M. N.; FONSECA, A. D.; ROIZ, D. S. A escola metódica e o movimento dos *Annales*: contribuições teórico-metodológicas à história. *Akrópolis*, v. 14, n. 3 e 4: 121-126, 2006.

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar alguns aspectos da historiografia metódica do século XIX, que foi veementemente criticada pelo movimento dos *Annales*, nas primeiras décadas do século XX, muito embora não deixassem de aproveitar suas contribuições à pesquisa histórica. Justamente esse ponto de continuidade é pouco analisado e o artigo tenta avançar neste aspecto.

PALAVRAS-CHAVE: Escola metódica. Escola dos *Annales*. Historiografia francesa.

THE METHODOICAL SCHOOL AND THE ANNALES MOVEMENT: THE METHODOLOGICAL-THEORETICAL CONTRIBUTIONS TO HISTORY

ABSTRACT: The objective of this article is to analyze some aspects of the methodical historiography of the 20th century vehemently criticized by the movement of *Annales* in its first decades, even though advantages from its methodical contributions to the historical research were taken. As that continuity point is insufficiently analyzed, this article tries to go forward regarding such issue.

KEYWORDS: Methodical school. *Annales* school. French historiography.

Introdução

Desde meados do século XIX a história toma novos rumos e dá seus primeiros passos à “cientização” deixando para trás a abordagem romanesca de Augustin Thierry e de Jules Michelet. Foi momento de o gênero histórico se profissionalizar, adquirindo métodos, e dando ao historiador status de cientista. Houve uma ruptura com a literatura e uma valoração da formação dos historiadores nas universidades¹.

No palco dessas mudanças, a derrota da França na Guerra Franco-Prussiana (1870) teve forte influência. De fato, tais acontecimentos, pouco lisonjeiros, excitaram uma mudança nos moldes do ensino de história que, a partir de então, teria de aguçar o sentimento patriótico de amor à nação, de unidade nacional e de cidadania. Esta era uma “história pedagógica social” que tinha por objetivo formar “bons cidadãos, bons eleitores e soldados que amam o fuzil” (TÉTART, 2000, p. 102).

“Enfim, da troca entre professores à criação de revista servindo de pólos de atração e de reflexão

(...) a história constitui-se em rede. A universidade, encarregada da formação dos docentes, forma um universo de emulação e de legitimação que o contexto de vinculação republicana à obra nacional de educação e à sua perenidade reforça” (TÉTART, 2000, p. 99) assim, condicionada a essas mudanças, à realidade deste momento da França e às pressões positivistas, que aflorou a escola metódica.

A escola metódica

A escola metódica é criada “em torno de um axioma, o da história como “ciência positiva” (DOSSE, 2003^a, p. 39-40), fugindo do subjetivismo em nome da ciência e do respeito à verdade. Estes historiadores metódicos afirmavam, através de suas revistas não serem defensores de nenhum credo dogmático e que apenas buscavam o máximo possível de exatidão para com as fontes.

O primeiro objetivo, deste movimento, era o de delinear maneiras claras na abordagem documental (métodos), para os historiadores profissionais. O

*Versão desse trabalho foi apresentada no VIII Encontro de História de Mato Grosso do Sul *História e Historiografia no século XXI: ações e representações*. Dourados (ANPUH/MS), 2006, e no XVIII Encontro Regional de História de São Paulo: *O historiador e seu tempo*, Assis (ANPUH/SP), 2006.

**Graduanda em História pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Campus de Amambai. Bolsista PIBIC/UEMS.

***Graduando em História pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Campus de Amambai. Bolsista PIBIC/CNPq.

****Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação da UNESP, Campus de Franca, foi bolsista CAPES. Coordenador do curso de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) Unidade Universitária de Amambai.

¹O processo de transição de uma história “romantizada” para uma história “racional” dar-se-á, primeiramente, com dois nomes da historiografia francesa: Numa Denis Fustel de Coulanges (1830-1889) e Hipolyt Taine (1828-1893). Todavia, não desenvolveram escola sendo, tão-somente, vozes isoladas (CAIRE-JABINET, 2003).

historiador deveria estar ciente de que pertencia a uma comunidade de profissionais que zela pela objetividade, e que seu papel era apresentar seus escritos sem qualquer traço da estética literária; um discurso frio, duro e sem qualquer resquício das “paixões” pessoais do historiador; ele deveria somente descrever o que está objetivamente contido na fonte, deixando o que há de subjetivo nela. O historiador deveria rechaçar qualquer precipitação imaginativa: “o ponto de partida do ofício de historiador envolvia pesquisar documentos, reuni-los, classificá-los e, com o amparo das chamadas ‘ciências auxiliares’ da história, proceder à crítica externa², especialmente sobre a origem das fontes; em seguida passar à crítica interna³ visando à determinação dos fatos para, finalmente, coroar com a construção narrativa, agrupando e ordenando os fatos numa seqüência de causalidades” (SILVA, 2001, p. 196).

Neste tocante, destacava-se Gabriel Monod, defensor permanente de uma história estritamente metódica. Monod ficou conhecido por seu rigor no trato do método histórico e por ter sido fundador da *Revue historique*, em cuja direção, “exerce[eu] um verdadeiro magistério sobre o mundo do historiador, escolhe[endo] os textos a serem publicados [e] lança[ando] os grandes debates” (CAIRE-JABINET, 2000, p. 108).

No entanto, todo esse empenho de Monod⁴ por um método histórico pode ser explicado pelo momento historiográfico vivido na França, que se encontrava tomado por historiadores memorialistas autodidatas. Nas cidades a tarefa de mapear o passado estava confiada aos profissionais liberais, principalmente, advogados. Já nas zonas rurais, este papel caberia aos membros da nobreza e da Igreja. Esta situação acabava desencadeando uma ausência de formação para a pesquisa histórica que, conseqüentemente, criava uma heterogeneidade de normas para a pesquisa.

Foi nesse momento que o documento desenvolveu especial contribuição, pois foi usado como matéria prima para a pesquisa histórica. Só o recuo no tempo poderia garantir uma distância segura. Acreditava-se que a competência do historiador se devia ao fato de que somente ele poderia interpretar os muitos traços materiais do passado, seu trabalho não poderia se iniciar antes que todos os testemunhos das sociedades passadas restassem como indícios. Para que os traços pudessem ser interpretados habilmente, era

necessário que tivessem sido arquivados. Todos estavam cientes que a partir de que um evento era produzido, ele pertencia à história. Porém, para que se tornasse um elemento do conhecimento histórico erudito, era necessário esperar vários anos, para que os traços do passado pudessem ser arquivados e catalogados, e as paixões do momento se dissipassem.

Mais brandos e um tanto mais “flexíveis” que Monod, foram Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, na obra *Introduction aux études historiques* de 1898⁵. Este famoso livro é tido como principal manual dos cultores desta História, por expressar o “pensamento metódico ao explorar em detalhes os procedimentos para a coleta de fontes, operações analíticas, críticas interna e externa de documentos, defendendo a compreensão do particular e do circunscrito para se chegar a conhecer o específico da história” (JANOTTI, 2005, p. 12). Apesar, dessa tênue “flexibilidade”, o manual manteve ileso os aspectos essenciais, principalmente, no trato do subjetivismo, não o negando em momento algum.

A grandeza do historiador estava na capacidade de controlar sua subjetividade. Segundo François Dosse, “o ‘bom historiador’ metódico é(era) reconhecível por seu amor ao trabalho, sua modéstia e critérios incontestáveis de seu julgamento científico”, rejeitando o que “Langlois e Seignobos chama[vam] de ‘a retórica’ e as aparências ou ‘micróbios literários’ que poluem o discurso histórico culto” (DOSSE, 2003^a, p. 38-41). Mas como fugir da sombra da subjetividade que tanto persegue o historiador? Convém lembrar que os processos imprescindíveis da “crítica externa” e da “crítica interna”, supramencionados, encontravam-se na obra *Introdução aos Estudos Históricos*, e essa foi a resposta dos autores a esta indagação. O subjetivismo estaria contido na fonte, bastaria então que o historiador virtuoso o controlasse, e, se possível, o ocultasse. Para estes autores “a história tinha como objetivo descrever por meio de documentos as sociedades passadas e suas metamorfoses. O documento e sua crítica eram assim essenciais para distinguir a história científica da história literária” (FERREIRA, 2002, p. 316). Para eles a escrita da história deveria ficar restrita ao ensino superior e aos períodos mais afastados, por isso o historiador deveria rejeitar os estudos sobre o mundo contemporâneo:

²Neste estágio da “crítica externa” ou “erudita” duas indagações eram imprescindíveis: O documento é igual ao que era quando foi produzido? Não se deteriorou depois? Nesse estágio procurava-se saber como ele foi fabricado para restitui-lo à necessidade do seu teor original e, logo, determinar sua proveniência. Todas as pesquisas prévias sobre a escrita, a língua, as formas e as fontes pertenciam ao domínio da crítica externa. (ver: DOSSE, 2003a: 41).

³No processo de “crítica interna” o pesquisador deveria trabalhar por meio de raciocínios emprestados à psicologia geral como forma de representar os estados psicológicos que o autor do documento atravessou. Tudo isso seria necessário para alcançar uma pesquisa isenta de subjetivismo. (ver: DOSSE, 2003a: 41)

⁴Convém ressaltar que, apesar de sua “severidade”, Gabriel Monod conseguira conciliar seu entusiasmo pela história científica alemã com sua admiração por Jules Michelet a quem conhecera pessoalmente e cuja biografia escrevera. (Ver: BURKE, 1997: 20-21).

⁵No Brasil traduzido em 1946: (LANGLOIS & SEIGNOBOS, 1946).

A separação entre passado e presente colocada dessa forma radical e as competências eruditas exigidas para trabalhar com os períodos recuados garantiram praticamente o monopólio do saber histórico aos especialistas. Assim os historiadores recrutados pelas universidades do século XIX eram especializados em Antiguidade e Idade-Média, períodos que exigiam o domínio de um conjunto de procedimentos eruditos. Com isso pretendia-se impor critérios rígidos que permitissem separar os verdadeiros historiadores dos amadores (FERREIRA, 2002, p. 316).

Mas por que historiadores profissionais, até mesmo Seignobos e Lavissee, ocupavam-se na escrita de livros sobre o período recente? Não nos esqueçamos do caráter pedagógico da história. Estas obras nada mais eram do que obras de vulgarização, produzidas para o ensino secundário e de cunho estritamente pedagógico, com intuito de formar-se o “verdadeiro cidadão patriota”. Estes historiadores defendiam-se, também, afirmando que esses escritos pedagógicos de história contemporânea (essencialmente política) se baseavam em fontes oficiais, sendo assim, não haveria a necessidade de aplicação da *crítica das fontes*, dada a autenticidade e segurança desses documentos.

A virada do século trouxe à baila intensos debates que punham em evidência a maneira que esta “escola” pensava a História. Na crítica pioneira à escola metódica, destaca-se o sociólogo e historiador François Simiand com seu *Método histórico e ciência social*. Simiand não aceitava a idéia de Seignobos de que o fenômeno social era apenas uma abstração e defendia a possibilidade de constituição de uma ciência social, além de divergir com os metódicos nas classificações dos fatos da vida social que serviriam de *quadros aos estudos históricos*⁶. Porém, a crítica mais amarga aos metódicos seria a das fontes. Simiand descartava a idéia de imparcialidade do pesquisador, para tanto, afirmava que:

À força de repetir com a escola moderna que a história é uma representação do passado, exata, imparcial, sem fins tendenciosos nem moralizadores, sem intenções literárias, romanescas, anedóticas - o que constitui, com efeito, uma concepção muito superior às concepções e às práticas historiográficas anteriores - esquecendo-se de sublinhar que “exato” não quer dizer integral que “imparcial” não quer dizer “automático”, que “sem fins tendenciosos, sem preocupações literárias não querem dizer “sem

preconceitos, sem escolhas (SIMIAND, 2003, p. 71-72).

Simiand também atacou aos metódicos através da denúncia dos *ídolos da tribo dos historiadores: O ídolo político, o ídolo individual e o ídolo cronológico*⁷, que, segundo ele, eram venerados pela história tradicional, até mesmo, sem se dar conta. “Diante desse artigo que impressiona pelo vigor agressivo e pelo rigor teórico, a história ‘historizante’, como Simiand a denomina, deverá reafirmar teoricamente e vigorosamente seus pressupostos ou se calar para sempre” (REIS, 2000, p. 55).

A Escola dos *Annales*

Baseada nas críticas formuladas desde a aurora do século XX, o movimento dos *Annales* vem com o objetivo de revolucionar o trabalho e o universo científico do historiador. Será dessas críticas que a escola dos *Annales* extrairá seu caráter inovador, da história-problema à promoção de pesquisas coletivas (DOSSE, 2003^a, p. 48). A “escola” dos *Annales* sacramentaria a guerra à história tradicional tendo “como alvo essencial a escola metódica, chamada pejorativamente de “história historicizante (...) tratava-se, portanto, de se afastar o sujeito para quebrar o relato historicizante e fazer prevalecer a cientificidade do discurso histórico renovado pela ciências sociais” (DOSSE, 2003b, p. 327)

De acordo com a avaliação de Peter Burke, “a mais importante contribuição do grupo dos *Annales*, incluindo as três gerações foi expandir o campo da história por diversas áreas” (BURKE, 1997, p. 126). Esse foi sem dúvida um dos principais ganhos teóricos trazido pelos annalistas para a História, a troca de informações entre as diversas áreas, permitiu um enriquecimento das disciplinas e ótimos resultados. Burke assim complementa:

O grupo ampliou o território da história abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e do desenvolvimento de novos métodos para explorá-los. Estão também associadas à colaboração com outras ciências ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à lingüística, da economia à psicologia. Essa colaboração interdisciplinar manteve-se

⁶Este seria o quadro sumário, segundo Seignobos, dos fenômenos essenciais a toda a sociedade. Os quadros se dividiriam em: *condições materiais, hábitos intelectuais, hábitos intelectuais não obrigatório, instituição social, instituições públicas e relações entre grupos sociais soberanos*.

⁷O *ídolo político* seria o estudo predominante dos fatos políticos, a importância exagerada dada à história política, das guerras etc. O *ídolo individual* seria o ato de conceber a história como história de indivíduos e não de fatos, isto é, a ênfase nos chamados grandes homens. Já o *ídolo cronológico* seria o hábito de se perder no estudo das origens, nas investigações das diversidades particulares. (ver: SIMIAND, 2003: 111-112-113 e BURKE, 1997: 21).

por mais de sessenta anos, um fenômeno sem precedentes das ciências sociais (BURKE, 1997, p. 126-7).

Com os *Annales* a história se renovou reformulando suas regras, impondo o tríptico “economia-sociedade-civilização” em detrimento do binômio metódico “história factual-história política”. Esse tríptico manterá juntos sociólogos, geógrafos, psicólogos e historiadores dos *Annales*, em prol da rejeição comum do historicismo. Assim os *Annales* propõem o alargamento da história, orientando o interesse dos historiadores para outros horizontes: a natureza, a paisagem, a população e a demografia, as trocas, os costumes. Ampliam-se as fontes e os métodos, os quais devem incluir a estatística, a demografia, a lingüística, a psicologia, a numismática e a arqueologia (DOSSE, 2003^a, p. 83).

“Os *Annales* pretendem descer ao porão recusando o elitismo de assuntos e a prioridade do acontecimento. A partir de então tudo é permitido para quebrar as barreiras disciplinares, para diversificar suportes e assuntos de pesquisa” (TÉTART, 2000, p. 109-110). Com a multiplicação das fontes, as visões globalizadas transcenderiam o território nacional, o diálogo com as demais ciências sociais seria aberto, quebrando os estorvos cronológicos, espaciais e temáticos do objeto. Os *annalistas* aspiravam uma história crítica, desconstrutora, que dissolvesse as evidências e mostrasse os supostos ocultos, questionando as visões comuns, e indo ao encontro delas. Os *Annales* trabalhavam em prol de uma dialética entre passado e presente que:

...ocorre em duas frentes: de um lado contra os eruditos confinados à restituição do passado, sem qualquer preocupação com os problemas atuais e, do outro, contra os economistas e sociólogos, quando eles têm tendência a ocultar a densidade temporal dos objetos estudado (DOSSE, 2003^a, p. 73-74).

Entretanto, apesar de objetivarem uma história científica que buscava sua especialidade e diferenças frente ao modelo das ciências naturais, esta não era uma grande preocupação desses novos historiadores. Para eles, a concepção de história como projeto científico não parecia desonrosa, tanto que, Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel, acreditavam que a história não era propriamente uma ciência, mas uma “pesquisa cientificamente conduzida”.

Os *Annales* elaboraram, portanto, mudanças significativas na compreensão da disciplina e do papel do historiador. São mudanças que influenciaram os mais ousados segmentos da disciplina histórica

como a história cultural (onde já nascia a *história das mentalidades*), das sensibilidades e, até mesmo, a *micro-história*.

Fonte: (DOSSE, 2003a.), (DOSSE, 2003b), (SILVA, 2001), (BURKE, 1997), (CAIRE-JABINET, 2000.), (TÉTART, 2000.), (AGUIRRE ROJAS, 2004.), (AGUIRRE ROJAS, 2000.).

No entanto, os *Annales* assimilaram muito dos descobrimentos e rupturas antecipados pelo projeto pioneiro e fundador do marxismo original, assim como, as distintas formas e heranças da historiografia acadêmico-crítica alemã e francesa (AGUIRRE, 2004). Embora recusassem a história voltada para os acontecimentos, construída pela escola ‘histórica alemã’ e pela ‘escola metódica’, não deixaram de aproveitar daquelas as suas contribuições à pesquisa histórica, ao interpretarem e abrirem caminho para o estudo de fontes até aquele momento não incorporadas ao corpus documental do historiador. O projeto intelectual dos primeiros *Annales* teve como cenários a crise e o declínio da hegemonia historiográfica alemã e austríaca. “Tanto Marc Bloch e Lucien Febvre, como Henri Berr e Henri Pirenne tiveram acesso àquela produção historiográfica, da qual vão se nutrir e frente a qual vão se contrapor, de modo crítico e alternativo, suas próprias contribuições intelectuais” (AGUIRRE, 2004, p. 55).

As críticas aos metódicos transparecem mais do que suas contribuições, ao fazer isso o movimento dos *Annales* coloca-se como a única alternativa no estudo das sociedades passadas. Todavia, essa revolução na teoria da história representada pelo movimento dos *Annales*, evidencia-se como uma revolução, se a observarmos perante o, modelo positivista dominante, contra o qual se sublevo de maneira explícita. “É uma mutação radical da historiografia que se exercia, até então, nos meios acadêmicos”. Vai coincidir surpreendentemente com várias conclusões e propostas do projeto igualmente revolucionário que o antecedeu, setenta ou oitenta anos dentro dos espaços acadêmicos não marxistas (AGUIRRE, 2004, p. 69). O combate à escola metódica pretendia acabar com a concepção de história, que acabava reduzindo os horizontes da disciplina à simples e metódica ordenação e catalogação de fatos e de grandes sucessos registrados nos documentos escritos.

É necessário, enfim, ressaltar que o movimento do *Annales* marcou a historiografia do século XX, através das alianças com diferentes vertentes, marcando o caráter inovador, notável e significativo, que se expandiu para além dos limites franceses, influenciando distintas gerações e fazendo com que os estudos históricos, após essas inovações, jamais fossem os mesmos.

Estas mudanças podem ser observadas, condensadamente, no seguinte quadro:

Quadro 1 - Principais mudanças impetradas pelo movimento dos Annales sob a escola metódica.

ESCOLA METÓDICA	MOVIMENTO DO ANNALES
Análise dos fatos: história que trabalha as ilusões de cada época.	Análise dos fatos: história crítica, que trabalha na dissolução de evidências mostrando os supostos ocultos, questionando as visões comuns.
Objeto de estudado: o passado escrito, registrado em texto, documentações oficiais.	Objeto de estudo: não mais só o estudo do passado, abre-se portas para o estudo do presente, e da “pré-história” do homem.
Resultados esperados: história essencialmente descritiva, narrativa, imparcial e objetiva.	Resultados esperados: história que explora todo o espaço e dimensões possíveis de seu caráter interpretativo, agindo na criação de modelos, hipóteses e explicações globalizadas que rompam com o limite da história nacional.
Noção de tempo: estudo do tempo curto (èvènementelle), com a idéia do progresso simples (linear) e acumulativo.	Noção de tempo: degeneração dos múltiplos tempos, criação de uma nova noção do tempo e da duração. Análise das conjunturas e de processos de longa duração. Rechaçando a idéia linear simplista de progresso.
Relação com as fontes: procura, consciente ou inconscientemente, neutralidade máxima no trato da fonte, uma objetividade incondicional.	Relação com as fontes: história que assume como consciente dando total esclarecimento dos seus pressupostos e pontos de partida.
Técnicas de apoio: crítica interna e externa do documento através das “ciências auxiliares” (Diplomática Numismática e Paleografia).	Técnicas de apoio: iconografia, fotografia aérea, carbono 14, dendrocronologia e o estudo das séries.
Domínios: história que já estabeleceu seus temas de estudo limitados pela definição de seu objeto e fechados em torno de seu objetivo. História que isola seus problemas e encerra em rígidos limites cronológicos, espaciais e temáticos.	Domínios: tudo o que é humano pertence à história; de perspectivas globalizantes, que usa o método comparativo, que transcende permanentemente as barreiras cronológicas, espaciais, temáticas do objeto.
Fontes: documentos escritos	Fontes: história que se multiplica, recria, inventa e descobre múltiplas fontes e novos pontos de apoio.
Definição: a ciência do passado.	Definição: ciência dos homens no tempo.
Relação com as ciências sociais: história como disciplina estanque, autônoma e sem ligações interdisciplinares.	Relação com as ciências sociais: história aberta para diálogos e intercâmbios com as ciências sociais.

Conclusão

É sabido, que vivemos em tempos de incertezas no que concerne à História, produto das grandes discussões no correr do século XX, a partir das crises dos grandes paradigmas unificadores⁸, da multiplicação dos campos dos objetos, dos métodos e enfoques, da abertura às demais ciências sociais, da chegada ao primeiro plano de novas gerações de historiadores, e das

interrogações sobre a identidade da profissão e o papel social e político dos historiadores, além dos embates epistemológicos⁹. Tudo isso lança aos historiadores o dever de conhecer e analisar os movimentos que os antecederam, não esquecendo ou relegando este ou aquele movimento por suas falhas, mas sim analisado estes equívocos com agudo olhar crítico para deles colher proveitosas lições, bem-vindas em momentos de tantas incertezas nos domínios de *Clio*.

⁸Segundo Remo Bodei “O desenvolvimento histórico, mesmo nas suas teorizações, caminhou sempre com as pernas dos macrosujeitos (Deus, a providência, o Estado-Nação, o Povo, a Classe). Agora eles *perderam o monopólio da condução sensata dos fatos*, e se encontram, no máximo como coadjuvantes numa trama sem enredo. Não existe mais, com efeito, nem um protagonista reconhecido, nem um diretor que dê indicações precisas, nem um roteiro já escrito que dite o ritmo (e talvez não tenha nunca existido a não ser na nossa percepção da ‘realidade’ histórica).” (BODEI, 2001, p. 80).

⁹Essas críticas são formuladas, entre outros, por Hayden White. Para ele a história se encontra em: “um plano epistemológico neutro”. Esse plano é, em outras palavras, a indecisão em não se aceitar como arte e sua vã tentativa em ser ciência. Este estado de neutralidade traz para a história, segundo esse autor, perdas incomensuráveis. (Ver: WHITE, 2001, p. 39-63). Essas críticas foram respondidas por historiadores como Josep Fontana em seu livro *a História dos homens* (FONTANA, 2004) Jörn Rüsen em seu livro *Razão Histórica* (RÜSEN, 2001) e Carlo Ginzburg. GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais* (GINZBURG, 1989) e *O extermínio dos judeus e o princípio da realidade* (GINZBURG, 2006).

Referências

- AGUIRRE ROJAS, A. C. **Uma história dos Annales (1921-2001)**. Tradução Jurandir Malerba- Maringá: Eduem, 2004.
- _____. **Os Annales e a historiografia francesa**: tradições críticas de Marc Bloch a Michel Foucault. Tradução e revisão técnica de Jurandir Malerba. Maringá: Eduem, 2000.
- BODEI, R. **A história tem um sentido?** Tradução de Reginaldo Di Piero Bauru: EDUSC, 2001.
- BURKE, P. A **Escola dos Annales (1929-1989) a Revolução Francesa da historiografia**. Tradução: Nilo Odalia. São Paulo: UNESP, 1997.
- CAIRE-JABINET, M.-P. **Introdução à historiografia**. Tradução de Laureano Pelegrin. Bauru: EDUSC, 2003.
- DOSSE, F. **A história**. Tradução Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru: EDUSC, 2003a.
- _____. **O império do sentido**: a humanização das ciências humanas. Tradução: Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 2003b.
- FERREIRA, M. M. História, tempo presente e história oral. **Topoi Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 314-332, 2002.
- FONTANA, J. **A história dos homens**. Tradução de Heloisa Jochims Reichel e Marcelo Fernando da Costa; revisão técnica de Daniel Aarão Reis Filho. Bauru: EDUSC, 2004.
- GADDIS, J. L. **Paisagens da história**: como os historiadores mapeiam o passado. Tradução de Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. O extermínio dos judeus e o princípio da realidade In: MALERBA, J. (Org.). **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.
- JANOTTI, M. de L. M. O livro fontes históricas como fonte In: PINSKI, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- LANGLOIS, C.-V.; SEIGNOBOS, C. **Introdução aos estudos históricos**. Tradução de Laerte Almeida de Moraes. São Paulo: Renascença, 1946.
- REIS, J. C. **Escola dos Annales**: a inovação em história. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- RÜSEN, J. **Razão histórica**: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- SILVA, R. F. da. **História da historiografia**: capítulo para uma história das histórias da historiografia. Bauru: EDUSC, 2001.
- SIMIAND, F. **Método histórico e ciência social**. Tradução: José Leonardo do Nascimento. Bauru: EDUSC, 2003.
- TÉTART, P. **Pequena história dos historiadores**. Tradução Maria Leonor Loureiro. Bauru: EDUSC, 2000.
- WHITE, H. O fardo da história. In: **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. Tradução Alípio Correia de Franca Neto. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. p.39-63.

Recebido em: 20/06/2006

Aceito em: 15/08/2006